

EDIÇÃO ESPECIAL

XXI Congresso Nacional do Ministério Público
5º conferência Regional da IAP para a América Latina
Confira os diversos painéis e temas abordados.

Revista



***Tema: Os desafios e oportunidades do
Ministério Público Brasileiro na era digital***

Theatro Municipal recebe cerimônia de
abertura e Copacabana Palace
encerra o Congresso.



Presidente:

Luciano Oliveira Mattos de Souza

Vice-Presidente:

Victoria Siqueiros Soares Le Cocq D'Oliveira

Secretário-Geral:

Marcus Cavalcante Pereira Leal

Diretor Financeiro:

Walter de Oliveira Santos

Diretor Cultural:

Simone Sibilio do Nascimento

Diretor Social:

Sumaya Therezinha Helayel

Diretor de Defesa de Direitos e Prerrogativas Funcionais:

Renata Neme Cavalcanti

Diretor Assistencial e de Assuntos Relativos a Aposentados e Pensionistas:

Lourdes Gamba

Diretor de Assuntos Legislativos:

Eduardo Rodrigues Campos

Diretor de Esportes:

Sandro Fernandes Machado

Conselho Consultivo:

Angela Maria Silveira dos Santos, Anna Maria Di Masi, Dimitrius Viveiros Gonçalves, Karine Susan Oliveira Gomes de Cuesta, Luciana de Souza Garcia das Neves, Luiz Fernando de Almeida Rabelo, Paulo Leal Medeiros Moreira, Plínio de Sá Martins e Ramon Leite de Carvalho.

Conselho Fiscal:

Virgilio Stavridis, Stênio Lutgardes, Vera Leite, Eduardo Monteiro Vieira, José Roberto Paredes, Nelma Gloria Trindade.



Associação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.
Rua Rodrigo Silva, nº 26, 8º andar,
Centro, RJ, CEP: 20011-040

Tel: (21) 2242-1232
Fax: (21) 2221-4768
amperj@amperj.org

Presidente:

Norma Angélica Cavalcanti (BA)

1º Vice-Presidente:

Nedens Ulisses Freire Vieira (MG)

2º Vice-Presidente:

Victor Hugo de Azevedo Neto (RS)

Secretário-Geral:

Alexandre Magno B. de Lacerda (MS)

Tesoureiro:

Marcelo Lima de Oliveira (RO)

Conselho Fiscal**Presidente:**

Andrey Cunha Amorim (SC)

Vice-Presidente:

Marcello S. Queiroz (ES)

Secretário:

Antonio Marcos Dezan (DF)

Membros:

Adilza Inácio de Freitas (AL)

Admilson Oliveira e Silva (AC)

Diretores Regionais**Sul:**

Francisco Zanicotti (PR)

Centro-Oeste:

Giovanni Rattacaso (ANMPM)

Nordeste:

José Augusto Cutrim Gomes (MA)

Norte:

Reinaldo Alberto Nery de Lima (AM)

Sudeste:

Luciano Oliveira Mattos de Souza (RJ)



Associação Nacional dos Membros do Ministério Público.
SHS Quadra 6 Conjunto "A"
Complexo Brasil 21
Bloco "A" Salas 305/306
CEP: 70.316-102
Tel/Fax.: (61) 3314-1353
atendimento@conamp.org.br

Acre - AMPAC

Presidente: Francisco José Maia Guedes

Alagoas - AMPAL

Presidente: Eduardo Tavares Mendes

Amapá - AMPAP

Presidente: José Cantuária Barreto

Amazonas - AAMP

Presidente: Reinaldo Alberto N. de Lima

Bahia - AMPEB

Presidente: Janina Schuenck Brantes Sacramento

Ceará - ACMP

Presidente: Lucas Azevedo

Distrito Federal - AMPDFT

Presidente: Elísio Teixeira

Espirito Santo - AESMP

Presidente: Adélcion Caliman

Goiás - AGMP

Presidente: Benedito Torres Neto

Maranhão - Ampem

Presidente: José Augusto Cutrim

Mato-Grosso - AMMP

Presidente: Miguel Silhessarenko Junior

Mato-Grosso do Sul - ASMMP

Presidente: Lindomar Tiago Rodrigues

Minas Gerais - AMMP

Presidente: Nedens Ulisses Freire Vieira

Ministério Público Militar - ANMPM

Presidente: Giovanni Rattacaso

Pará - AMPEP

Presidente: Manoel Victor Sereni Murrieta e Tavares

Paraíba - APMP

Presidente: Francisco Bergson Gomes Formiga Barros

Paraná - APMP

Presidente: Cláudio Franco Felix

Pernambuco - AMPPE

Presidente: Salomão Abdo Aziz Ismail Filho

Piauí - APM P

Presidente: Paulo Rubens P. Rebouças

Rio de Janeiro - AMPERJ

Presidente: Luciano O. Mattos de Souza

Rio Grande do Norte - AMPERN

Presidente: Eudo Rodrigues Leite

Rio Grande do Sul - AMPRS

Presidente: Sérgio Hiane Harris

Rondônia - AMPRO

Presidente: Alexandre Jésus de Queiroz Santiago

Roraima - AMPER

Presidente: Marco Antônio Bordin de Azeredo

Santa Catarina - ACMP

Presidente: Luciano Trierweiller Naschenweng

São Paulo - APMP

Presidente: Felipe Locke Cavalcanti

Sergipe - ASMP

Presidente: Nilzir Soares Vieira Junior

Tocantins - ATMP

Presidente: Luciano César Casarot



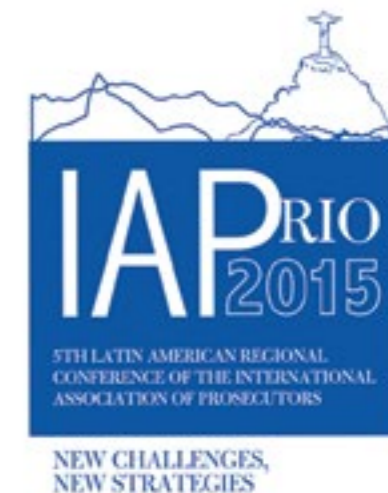
A XXI edição do Congresso Nacional do Ministério Público foi uma realização da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP) e da Associação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (AMPERJ). O evento reuniu, entre os dias 6 e 9 de outubro, Membros do Ministério Público em torno de discussões sobre temas relevantes para a sociedade e para o fortalecimento da Instituição, além de exposições de iniciativas de sucesso.

Com o tema "Os Desafios e Oportunidades do Ministério Público Brasileiro na Era Digital", o Congresso – realizado no Centro de Convenções do Hotel Royal Tulip, em São Conrado, Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro – ampliou o debate sobre a atuação do MP para além das plataformas digitais. Para isso, contou com painéis e exposições sobre corrupção, lavagem

de dinheiro, crime organizado, delação premiada, audiências de custódia, redução da maioria penal, mobilidade urbana, direitos humanos, crise energética e o papel do MP na violência urbana, dentre outros.

Participaram como expositores, além dos integrantes da Instituição, representantes de entidades parceiras da sociedade civil, da área jurídica e de órgãos governamentais. Foi um momento de extrema importância para a aproximação entre os Membros do Ministério Público, entidades afins e a sociedade civil organizada.

Em conjunto com o XXI Congresso Nacional do Ministério Público, também foi realizada a V Conferência Regional da International Association of Prosecutors (IAP) para a América Latina, que reuniu Membros do MP, e acadêmicos da América Latina e de várias outras partes do mundo para



partilhar conhecimentos e trocar experiências, visando ao aperfeiçoamento da Instituição e dos sistemas de justiça existentes no mundo. Os painéis mais importantes contaram com tradução simultânea para português, espanhol e inglês, a fim de facilitar a interação entre expositores, debatedores e conferencistas.

A presente Edição Especial da Revista da AMPERJ visa a registrar esse especial momento de aprimoramento institucional e conagração para os membros do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, do Brasil e até internacionalmente.

Luciano Oliveira Mattos de Souza
Presidente da AMPERJ

Norma Angélica Reis Cavalcanti
Presidente da CONAMP

Expediente AMPERJ**Coordenação Geral:**

Allan Julianelli (Gerente de Informática)

Jornalista Responsável:

Paulo Tristão

Diagramação e Projeto Gráfico:

Cleber Cordeiro e Plínio Mansor

Fotografias:

Luis Jesus

Revisão:

Carla Paes Leme

Colaboração:

Juliana Campêlo (Jornalista CONAMP)

Vivian Fernandez (Fotógrafa do MPRJ)

Resumo

O XXI Congresso Nacional do Ministério Público começou, na manhã do dia 6 de outubro, com a apresentação do Projeto João Cidadão a jovens da rede pública de ensino do estado, feita pela coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Educação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, Bianca Mota, e pelos Promotores de Justiça Maria Elmira, do Ministério Público de Minas Gerais, e Eduardo Cambi, do Ministério Público do Estado do Paraná.

Na principal sala do congresso, o Presidente da Associação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, Luciano Mattos, participou da abertura das palestras apresentando aos adolescentes o papel do Ministério Público, destacando a firme atuação da Instituição em defesa da educação. Ao longo dos debates, Bianca Mota, Maria Elmira e Eduardo Cambi responderam dúvidas dos jovens e explicaram o objetivo do João Cidadão, idealizado pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).



O projeto João Cidadão, do CNMP, foi apresentado a estudantes da rede pública

Ainda no primeiro dia do XXI Congresso, o Conselho Deliberativo da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP) reuniu-se para a realização da XVI reunião ordinária do Colegiado. Norma Cavalcanti, Presidente da Entidade, participou da reunião ao lado de representantes das associações afiliadas.

Na reunião, o ex-integrante do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) Gilberto Martins foi homenageado com uma placa de reconhecimento pelo trabalho realizado em prol do aperfeiçoamento do sistema de justiça brasileiro.



Momentos da Reunião do Conselho Deliberativo da CONAMP



Momentos da Reunião do Conselho Deliberativo da CONAMP

À tarde, a CONAMP e a International Association of Prosecutors (IAP) reuniram Promotores e Procuradores de Justiça de diversos países em torno do debate da necessidade de aprimorar os instrumentos de

segurança institucional. Foi aprovada a criação de uma confederação de associações do MP da América Latina em defesa dos Membros do MP de diferentes nacionalidades, ainda pendente de formatação.



O Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais do Ministério Público (CNCGMP) reuniu os Corregedores-Gerais dos Ministérios Públicos estaduais e da União (MPs Federal, do Trabalho, Militar, do Distrito Federal e Territórios), além do Presidente do CNCGMP, Luiz Antônio Sasdelli Prudente, e de Conselheiros Nacionais convidados para a realização da 99ª reunião ordinária do Conselho. O Corregedor-Geral do MPRJ, Pedro Elias Erthal Sanglard, fez uma apresentação sobre o funcionamento e a atuação do órgão no estado.



Reunião do CNCGMP



Ainda no dia 6, o Colégio de Diretores de Escolas dos Ministérios Públicos do Brasil e Centros de Aperfeiçoamento Funcional realizaram a 4ª reunião ordinária do Colegiado. Os trabalhos giraram em torno da implantação da Escola Nacional do Ministério Público (ENAMP), que terá como objetivo a integração das escolas estaduais, a capacitação permanente de membros do Ministério Público e a elaboração de teses e material acadêmico.

O Movimento Ministério Público Democrático (MPD), reuniu-se sob a coordenação do seu Presidente, Roberto Livianu, Promotor de Justiça do Estado de São Paulo. O encontro debateu ações de democratização do acesso à Justiça, com o fortalecimento do Ministério Público dos Estados e da União.



Reunião do CNCGMP



Reunião Ministério Público Democrático

Sob o comando do Promotor de Justiça do Ministério Público do Maranhão e Presidente da Associação Brasileira dos Membros Ministério Público de Meio Ambiente (ABRAMPA), Luis Fernando Cabral Barreto Junior, o encontro foi pautado pelo debate em torno da necessária cumulatividade das atribuições cíveis e criminais nas Promotorias de Justiça ambientais como padrão nacional de atuação do órgão.

Durante o encontro, ainda foi apresentada a ferramenta do Ministério Público de Santa Catarina denominada Portal do Promotor de Meio Ambiente, com a proposta de sua adoção pelos outros Ministérios Públicos estaduais, objetivando o acesso à informação pública. Na oportunidade, também foram elencadas as frentes de trabalho da Associação Brasileira do Ministério Público do Meio Ambiente para o ano de 2016.



Reunião Ordinária da ABRAMPA

O Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público, durante reunião extraordinária realizada no dia 6 de outubro, debateu a aprovação de uma moção de apoio às ações da Controladoria-Geral da União (CGU) de combate à corrupção. A reunião foi presidida pelo Procurador de Justiça do Ministério Público do Paraná Antonio César Cioffi de Moura, e contou com a participação de Ouvidores dos MPs de todo o país e seus representantes.



Reunião dos Ouvidores-Gerais do Ministério Público



Assinatura da moção de criação do 1º Congresso Virtual do IAP



Área de credenciamento do Congresso



Marcelo Ahmed, Marfan Vieira, Gláucia Santana, Luciano Mattos e Rogério Pacheco

Cerimônia de abertura do XXI Congresso Nacional do Ministério Público e da V Conferência Regional da IAP para a América Latina

● Theatro Municipal, no Centro do Rio de Janeiro, foi palco da solenidade de abertura do XXI Congresso Nacional do Ministério Público e da V Conferência Regional da International Association of Prosecutors (IAP) para a América Latina, na noite do dia 6 de outubro.

Compuseram a mesa de cerimônia o Presidente da AMPERJ, Luciano Mattos; a Presidente da CONAMP, Norma Angélica Cavalcanti; o Presidente da IAP, Gerhard Jarosch; o Procurador-Geral de Justiça do MPRJ, Marfan Martins Vieira; acompanhados pela Presidente do Tribunal Regional do Trabalho-1ª Região, Desembargadora Maria das Graças Cabral Vieira Paranhos; pelo Presidente do CNPG e Procurador-Geral de Justiça do Estado de Goiás, Lauro Machado Nogueira; pelo Deputado Estadual Luiz Paulo, representando a ALERJ; pelo Corregedor-Nacional do MP, Cláudio Henrique Portela do Rego; pela 1ª Vice-Presidente do TJRJ, Desembargadora Maria Inês da Penha Gaspar, representando o Presidente do Tribunal, Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho; pelo Presidente do Tribunal de Contas do Município,

Thiers Vianna Montebello; pelo Secretário de Estado da Casa Civil, Leonardo Espíndola, representando o Governador Luiz Fernando Pezão; pelo Procurador-Geral do Município do Rio de Janeiro, Fernando Dionísio, representando o Prefeito Eduardo Paes; pelo Presidente em exercício do Tribunal de Contas do Estado do RJ, Aloysio Neves Guedes; pelo Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, Carlos Eduardo de Azevedo Lima; pelo Defensor Público-Geral do Estado do Rio, André Luiz Machado de Castro; e pelo Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República, José Robalinho Cavalcante.

O mestre de cerimônias foi o ator Milton Gonçalves, que apresentou a história dos Congressos Nacionais do MP. Na plateia, estavam cerca de mil convidados, entre Membros do Ministério Público do país e do exterior, além de autoridades brasileiras e estrangeiras.

Luciano Mattos, o primeiro a discursar, agradeceu o envolvimento de todos os participantes, destacou que, pela primeira vez, a cidade do Rio de Janeiro sedia o congresso nacional e elencou

os principais temas que seriam debatidos ao longo do Encontro. *“Será uma especial oportunidade de mostrarmos as características do nosso Ministério Público e promover o salutar intercâmbio de informações e conhecimentos, que permitirá alcançar a defesa social em larga escala”* completou.

Em seu discurso, Gerhard Jarosch celebrou a escolha da cidade do Rio de Janeiro como sede da conferência internacional e reforçou a importância da troca de experiências entre os Membros do MP de todo o mundo.

Marfan Martins Vieira relembrou a origem do que chamou de novo Ministério Público, definido pela Constituição de 1988 com atribuições não apenas voltadas para a área criminal, mas de defesa do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Norma Angélica Cavalcanti encerrou os discursos ressaltando a importância de uma atuação ministerial firme. *“Nosso evento será uma oportunidade para refletirmos, buscando um Ministério Público cada vez mais vibrante, motivado, atuante e ativo”*, finalizou.





Celebração e confraternização em uma noite tipicamente carioca

A pós a solenidade de abertura do XXI Congresso Nacional do Ministério Público e da V Conferência Regional da International Association of Prosecutors (IAP) para a América Latina no Theatro Municipal, no Centro do Rio de Janeiro, as organizadoras do evento – CONAMP, AMPERJ e IAP –

ofereceram aos conferencistas, amigos e convidados um especial momento de confraternização na casa noturna Lapa 40° – Sinuca & Gafieira, localizada na Lapa, tradicional bairro turístico do Rio de Janeiro.

O local – inaugurado há seis anos em um casarão de quatro andares, cuja de-

coração foi cuidadosamente planejada e remete a cenas cotidianas do Rio de Janeiro – encantou os presentes. O dançarino Carlinhos de Jesus foi o mestre de cerimônias da noite. Acompanhado por uma legítima bateria de escola de samba, o coreógrafo animou a festa, e a noite foi de celebração.



Resumo

O segundo dia do XXI Congresso Nacional do Ministério Público teve início na manhã do dia 7 de outubro com a V Conferência Regional da International Association of Prosecutors (IAP) para a América Latina. A primeira mesa do encontro foi presidida pelo Vice-Presidente da IAP, Manuel Pinheiro Freitas. Também estiveram presentes o Presidente da IAP, Gerhard Jarosch; o Senador da associação, Salvatore Vasta; e a Diretora Executiva Janne Holst.



Manuel Pinheiro Freitas, Vice-Presidente da IAP, presidiu a primeira mesa do encontro



Gerhard Jarosch, Presidente da IAP

Em seguida, Procuradores de Justiça palestraram sobre a duração razoável do processo e a eficácia da jurisdição penal. Presidida pelo Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público, Fábio Stica, a mesa foi composta pelos Procuradores de Justiça Rui Cardoso, de Portugal; Claude Girard, do Canadá; e Andrey Borges, do Brasil, também membro da força-tarefa destacada para a Operação Lava-Jato, que identificou problemas e propôs alterações para que os processos sejam concluídos mais rapidamente.



Fábio Stica, do CNMP: Duração razoável do processo e a eficácia da jurisdição penal

Dentro da programação científica da manhã do segundo dia destacou-se a atuação de grupos de trabalhos que abordaram diversos temas. Procuradores e Promotores de Justiça de diversos estados reuniram-se para um debate em torno do tema “A atuação do Ministério Público em 2ª instância: novas perspectivas”. Liderado por Denise Tarin, Procuradora de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) e Coordenadora do Grupo de Pesquisas e Estudos “O Ministério Público contemporâneo”, o grupo de trabalho promoveu a troca de experiências entre os participantes da reunião, além de reflexões profundas sobre a atuação do Procurador de Justiça. A perspectiva do avanço da especialização das Procuradorias de Justiça foi apontada pelos participantes como um processo natural, levando-se em consideração as diferentes dimensões dos Ministérios Públicos estaduais.



A atuação do Ministério Público em 2ª instância foi tema de um dos grupos de trabalho

Ainda houve grupos debatendo “Educação em Direitos Humanos e o Programa João Cidadão”, com o Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Paraná, Eduardo Cambi.

“Combate à Corrupção e Recuperação de Ativos”, foi tema do grupo de trabalho comandado pelo Promotor de Justiça do Estado de São Paulo Silvio Marques.



Combate à corrupção e recuperação de ativos



Julia Silva Jardim, Afrânio Silva Jardim e Cláudio Calo acompanham atentamente o painel “Combate à corrupção e recuperação de ativos”



Carlos Bernardo Aarão Reis e Renata Neme, Apresentação de teses

Com a participação do ex-Procurador-Geral da República, Aristides Junqueira Alvarenga, do ex-Procurador-Geral de Justiça do Rio de Janeiro, ex-Presidente da AMPERJ e ex-Deputado Federal, Antônio Carlos Silva Biscaia, e do ex-Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público, ex-Presidente da CONAMP e Ex-Procurador-Geral do Estado da Bahia, Achilles Siquara de Jesus Filho, a primeira palestra do segundo dia do XXI Congresso Nacional do Ministério Público abordou o tema “O MP pós-88 e o relacionamento com os poderes políticos”. Durante a palestra foi dada ênfase às lutas que disciplinaram na Constituição a nova face do Ministério Público, que o levaram ao capítulo constitucional que hoje possui.



Aristides Junqueira, Antônio Biscaia e Achilles Siquara, abordaram o tema MP-pós Constituição de 88



Plateia acompanha atenta a explanação do MP-pós Constituição de 88



Paulo Leal, Tâmera Marinho e Patrícia Pimentel

Ao longo da tarde do segundo dia, diversos painéis integraram a grade da programação científica do XXI Congresso.

“A tecnologia na investigação do crime organizado” foi o tema do painel coordenado pelo Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro Francisco de Assis Cardoso. Também participaram do painel a Diretora Jurídica da Microsoft, Alessandra Del Debbio, e o Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo Marcelo Mendroni.



A tecnologia na investigação do crime organizado

O “Novo Código de Processo Civil e a atuação do Ministério Público” foi o tema do painel coordenado pelo Promotor de Justiça do Paraná, Márcio Soares Berclaz, que teve como palestrantes os Promotores de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro Robson Renault Godinho e Humberto Dalla Bernardina de Pinho.



Humberto Dalla, Márcio Berclaz e Robson Godinho, falaram sobre o novo CPC

Já a mesa sobre “Saneamento básico” foi presidida por Luis Fernando Cabral, da ABRAMPA. “Combustíveis: adulteração e sonegação fiscal” foi o assunto tratado no painel do Promotor de Justiça do MPRJ David Francisco de Faria.



Combustíveis: adulteração e sonegação fiscal

O painel “Política antidrogas. Avanço ou retrocesso?”, foi abordado pelo Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, Ricardo Ribeiro Martins e contou com a participação da socióloga Julita Lemgruber, da Universidade Cândido Mendes, do Rio de Janeiro.



Política antidrogas. Avanço ou retrocesso?

Os novos formatos de instituições familiares e o impacto das novas tecnologias no direito de família foram tema do painel coordenado pelo Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro Sávio Bittencourt. Rodrigo da Cunha Pereira, Presidente Nacional do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM), e o Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia Cristiano Chaves palestraram no painel.



“Direito ao esquecimento nos meios de comunicação” também foi tema de painel. Presidida pelo professor Manuel David Masseno – do Instituto Politécnico da Universidade de Beja, em Portugal –, a mesa foi composta pelo Presidente da Associação Portuguesa de Direito do Consumo de Coimbra, Mário Frota, e pela doutora em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Heloisa Helena Barboza, membro do MPRJ e associada AMPERJ.



Direito ao esquecimento nos meios de comunicação

O Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais dos Estados e da União (CNPJ) realizou reunião coordenado por seu Presidente, Lauro Machado Nogueira. Além dos procuradores-gerais de todo o País, prestigiaram a reunião do CNPJ no Rio de Janeiro a Presidente da CONAMP, Norma Angélica Cavalcanti e os Conselheiros do CNPJ Cláudio Portela, Corregedor Nacional; Esdras Dantas; Antônio Duarte; Marcelo Ferrá e Orlando Rochadel.



Reunião conjunta Conamp e CNPJ

A Procuradora de Justiça do MPRJ, Inês da Matta Andreiuolo, coordenou o grupo de trabalho que abordou o tema “Interposição de Recursos nos tribunais Superiores”. ‘O painel sobre “Comércio Eletrônico no Mundo Globalizado” reuniu os Promotores de Justiça do MPMG, Bruno Miragem e Fernando Rodrigues Martins e a analista do Sebrae-RJ, Juliana Lohmann.

Os crimes cibernéticos foram temas de palestras do Professor do Instituto Politécnico da Universidade de Beja – Portugal, Manuel David Masseno e do Presidente do Conselho de Tecnologia da Informação da Federação de Comércio de São Paulo, Renato Pice Blum. O painel foi coordenado pelo Promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal Paulo Binichski.



Crimes cibernéticos

Coordenados por Geraldo Costa da Camino, 1º Diretor Executivo da Associação Nacional do Ministério Público de Contas, o Procurador-Geral do Estado do RJ, Rodrigo Mascarenha, e o advogado e autor de diversos livros sobre a Lei de Licitações e os Contratos Administrativos, Marçal Justen Filho, palestraram sobre o tema “Os Contratos Administrativos: Desafios e Perspectivas de Aperfeiçoamento”.

“Sistema Único de Saúde e o Sistema Privado Complementar – Novos Desafios” foi o tema do painel coordenado pelo Promotor de Justiça do MPSP Marcelo Pedroso Goulart. Palestraram o Professor da Universidade Federal do Paraná, Gabriel Schulman e o Gerente-Geral da Federação Nacional de Saúde Suplementar, Sandro Leal Alves. A Promotora de Justiça do MPMG Nívea Mônica coordenou o painel sobre o tema “O Combate à Discriminação”, com apresentações da Professora da PUC/RJ, Márcia Nina e do Membro do Conselho do Centro de Articulação de Populações Marginalizadas, Ivanir dos Santos.

Resumo

No terceiro dia do Congresso, houve uma programação com debates variados. Pela manhã, durante o painel “Métodos especiais de investigação contra o crime organizado”, o italiano Maurizio de Lucia, Vice-Coordenador nacional antidrogas, relatou o trabalho do escritório antimáfia e antiterrorismo, originado após o processo contra a máfia italiana.



Maurizio de Lucia



Plateia: “Investigação contra o crime organizado”

Coordenado pelos Promotores de Justiça do MPRJ Liana Barros Cardozo de Sant’ana e Rafael Luiz Lemos Sousa, o grupo de trabalho “A tutela individual dos interesses de populações vulneráveis: reflexão e crítica sobre o papel do MP” teve intensa participação de Promotores de Justiça de diversos estados brasileiros.



Liana Barros e Rafael Lemos

“Combate à corrupção e lavagem de dinheiro” foi o tema da segunda mesa de palestras da V Conferência Regional da IAP para a América Latina, realizada paralelamente ao XXI Congresso Nacional do Ministério Público, também na manhã daquela quinta-feira. O Subprocurador-Geral de Justiça de Direitos Humanos e Terceiro Setor, Ertulei Laureano Matos, representou o Procurador-Geral de Justiça, Marfan Martins Vieira, na presidência da mesa, também integrada pelo Procurador-Geral da República do Peru, Pablo Sanchez Velarde; pelo Procurador-Geral de Rhode Island, Peter Kilmartin; e pelo Promotor de Justiça do Estado de São Paulo Silvio Marques.



Combate à corrupção e lavagem de dinheiro

A Coordenadora do Centro de Apoio das Promotorias de Justiça de Violência Doméstica contra a Mulher do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, Lúcia Ilóizio Barros Bastos, conduziu um grupo de trabalho com o tema “Violência contra as mulheres”. O debate sobre uma rede integrada de proteção à mulher mobilizou os Promotores de Justiça de diversos estados que integraram o grupo.

Ainda durante a manhã, foram realizadas reuniões de trabalho da CONAMP, do CNPG e do CDEMP, além de grupos de trabalho sobre “O novo estatuto da pessoa com deficiência: acessibilidade”, com a participação da Subprocuradora-Geral do Trabalho Maria Aparecida Gurgel e da Promotora de Justiça do Rio Grande do Norte Rebecca Bezerra; e “Mediação”, coordenado pelos Promotores de Justiça Luciano Badini, de Minas Gerais, e Alexandre Coura, do Espírito Santo.



Reunião Conjunta Conamp e CNPG



O novo estatuto da pessoa com deficiência: acessibilidade

Diferentes painéis movimentaram a tarde do terceiro dia do Congresso Nacional do Ministério Público. Sob a coordenação do Promotor de Justiça do MPPR Cláudio Smirne Diniz, o painel “O MP e a tutela coletiva no direito comparado” abordou o tema com a presença do Desembargador Federal Aluísio Mendes e do Promotor de Justiça Rogério Pacheco Alves, do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e Secretário-Geral do Congresso.



O MP e a tutela coletiva no direito comparado

O painel sobre colaboração premiada, coordenado pelo Promotor de Justiça do MPRJ Alexander Araújo, teve como palestrantes o Procurador Regional da República e Procurador da Operação Lava-Jato Douglas Fischer e o Procurador de Justiça do MPRJ Afrânio Silva Jardim.



Colaboração premiada

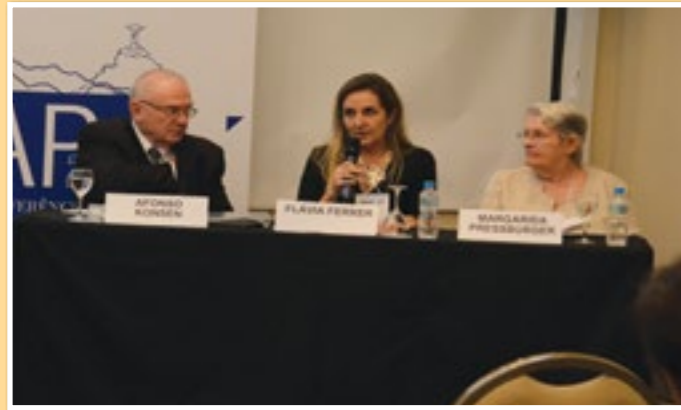
“Software livre e redes de conhecimento coletivo”, “A proteção dos direitos humanos no âmbito da OEA: perspectivas de atuação do Ministério Público” e “Reforma Política no Brasil: Diagnósticos e Propostas”, foram outros painéis que tiveram vez no terceiro dia do Congresso sob as coordenações de Frederico Meinberg Ceroy, Promotor de Justiça do MPDFT; Cassius Guimarães Chai, Promotor de Justiça do MPMA; e Alexandre Cruz, Promotor de Justiça do MPBA, respectivamente.

“Audiência de custódia. Aspectos controversos” foi tema de painel coordenado pelo Promotor de Justiça do Piauí Paulo Rubens. Palestraram sobre o assunto o Procurador de Justiça do MPRJ Marcellus Polastri e o Promotor de Justiça do MPRJ Marcelo Lessa. O Promotor de Justiça do MPRJ Emerson Garcia e o advogado Fábio Medina Osório, sob a coordenação do Procurador de Justiça do MPRN Manoel Onofre Souza Neto, falaram sobre convergências e divergências entre a lei anticorrupção e a lei de improbidade administrativa.



Audiência de custódia. Aspectos controversos.

A Procuradora de Justiça do MPRJ Flávia Araujo Ferrer coordenou o painel “Perspectivas do sistema de medidas socioeducativas e redução da maioria penal”, que contou com a participação do Promotor de Justiça do MPRS Afonso Armando e da representante de defesa dos direitos humanos da ONU Margarida Pressburger.



Afonso Armando, Flávia Ferrer e Margarida Pressburger

O Secretário-Geral da AMPERJ, Promotor de Justiça Marcus Cavalcante Pereira Leal, coordenou o painel em que o Juiz do TJ-DF, Paulo Carmona e o Secretário Municipal de Obras do Município do Rio de Janeiro, Alexandre Pinto Sansão, palestraram sobre mobilidade urbana.



Paulo Carmona, Marcus Leal e Alexandre Sansão



Proteção dos Direitos Humanos no âmbito da OEA

O painel “O novo Código de Processo Civil e o processo coletivo”, coordenado pelo Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro Eduardo Santos de Carvalho, promoveu debate sobre o tema com o Promotor de Justiça do Ministério Público do Espírito Santo Hermes Zaneti e o Promotor de Justiça do Ministério Público de Minas Gerais Gregório Assagra.



O novo Código de Processo Civil e o processo coletivo

No painel “Preservação da intimidade e Internet: o dano moral na era digital”, coordenado pelo Procurador de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios Leonardo Bessa, o debate foi promovido pelo Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro Cláudio Calo Sousa e pelo Procurador-Geral do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro Sérgio Cavalieri.



Preservação da intimidade e Internet: o dano moral na era digital



Orlando Rochadel, Luciano Mattos e Marfan Vieira



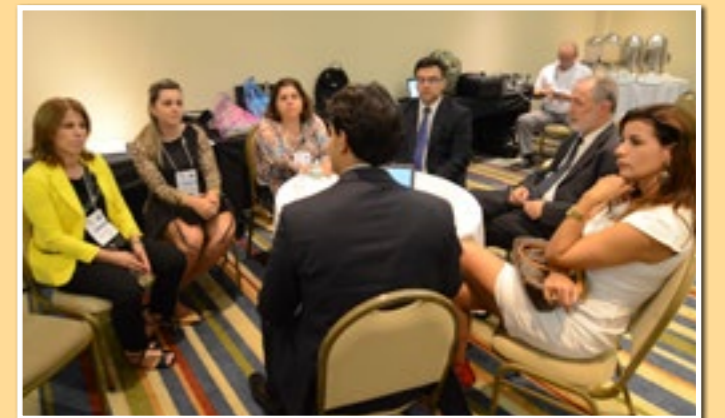
Nos bastidores, confraternização e troca de experiências entre membros do MPRJ, de MPs de outros estados e MPs internacionais



Tâmera Paddim e Simone Sibilo na apresentação de teses

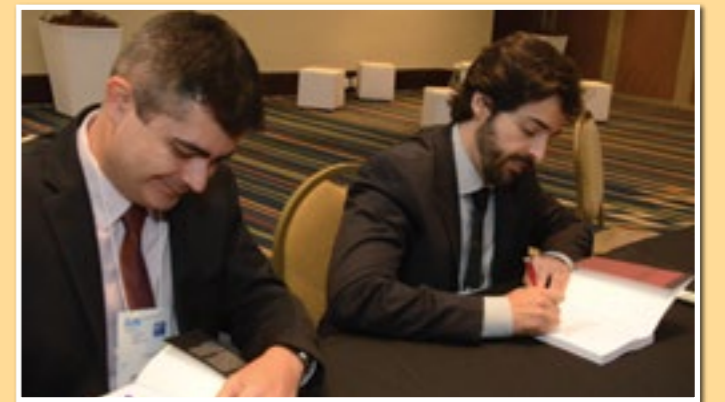


Campanha 10 medidas contra a corrupção



Bastidores da apresentação de teses

Ainda na quinta-feira, houve lançamentos de diversos livros no XXI Congresso Nacional do Ministério Público, onde os autores autografaram suas obras.



Emerson Garcia e Rogério Pacheco autografam suas obras



Alexander Araújo e Douglas Fischer autografam suas obras

Resumo

O Procurador da República Deltan Dellagnol, que atua na Operação Lava Jato, abriu, na sexta-feira 9 de outubro, o último dia do XXI Congresso Nacional do Ministério Público e da 5ª Conferência Regional da IAP para a América Latina, com palestra sobre a campanha “10 medidas contra a corrupção”. Deltan Dellagnol convidou a todos para se engajarem na campanha e esclareceu que é necessária a coleta de 1,5 milhão de assinaturas de apoio para encaminhar projeto ao Congresso Nacional.



Palestra “10 medidas contra a corrupção”

O painel “Independência e segurança dos Promotores” apresentou um amplo debate com as exposições do Promotor Federal da Argentina Carlos Rívolo; do Presidente da Associação dos Promotores do Chile, Claudio Uribe; e do Presidente da Associação de Juízes e Promotores da Alemanha, Frank Christoph. A mesa do painel foi presidida por José Robalinho Cavalcanti, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República.



Independência e segurança dos Promotores

Luciano Mattos, Presidente da AMPERJ, coordenou o painel que abordou o tema “O papel do Ministério Público no controle da violência urbana”. O painel reuniu o Diretor Executivo do Instituto Nacional de Pesquisa e Treinamento dos Procuradores Gerais dos EUA, Christopher Toth; o Vice-Presidente da Associação de Promotores dos EUA, Steven Janssem; e o Vice-Presidente da Associação Internacional dos Promotores (IAP), Manuel Pinheiro.



O papel do Ministério Público no controle da violência urbana



Christopher Toth na palestra sobre violência urbana



Plateia na palestra “O papel do Ministério Público no controle da violência urbana”



Manuel Pinheiro, Steven Jansen, Christopher Toth e Luciano Mattos

Walter Capanema, Professor de Metodologia da Pesquisa e Didática da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ), Alessandro Molon, Deputado Federal (REDE-RJ), também participaram do painel, que foi coordenado pelo Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, Guilherme Magalhães Martins, sob o tema: “Marco Civil na Internet”.



Guilherme Martins, autor do livro “Responsabilidade Civil por Acidente de Consumo na Internet”



Molon falou sobre o Marco Civil na Internet.

O Grupo Nacional de Membros do Ministério Público se reuniu no dia 9 de outubro, sob coordenação da Promotora de Justiça do MP da Bahia, Millen Castro Medeiros, na presença de aproximadamente 50 Membros do Ministério Público representando pelo menos 17 estados brasileiros. Millen Castro também coordenou o painel “Trabalho de Crianças e Adolescentes”, com exposições da Juíza do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro Andrea Pacha e do advogado Luiz Carlos Rortella.

Com o tema “CNMP: Limites e Desafios”, o painel do Conselho Nacional do Ministério Público foi coordenado pelo Conselheiro Antônio Duarte, com os expositores Claudio Barros, ex-Conselheiro do Colegiado e Marcelo Ferra, Conselheiro.



“CNMP: Limites e Desafios”

“Crise Energética” foi tema de painel que reuniu representantes das empresas Furnas, Light e Itaipu em torno de um debate sobre meio ambiente e sustentabilidade.



Marcus Leal falou sobre a crise energética

Em um dos painéis de maior destaque da sexta-feira, o Ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), abordou o tema "Tutela de evidência no novo Código de Processo Civil". Para o jurista, a expressão "direito evidente", vincula-se àquelas pretensões deduzidas em juízo nas quais o direito da parte revela-se evidente, tal como o direito líquido e certo que autoriza a concessão do mandamus ou o direito documentado do exequente. Para o Ministro, evidência é um critério frente à probabilidade, nesse sentido as hipóteses descritas por ele permitem o deferimento de uma tutela com um grau de probabilidade tão elevado que beira à "certeza". À mesa do painel, estavam Norma Cavalcanti, Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP), e Luciano Mattos, Presidente da Associação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (AMPERJ).



Norma Cavalcanti, Luiz Fux e Luciano Mattos

Ainda durante a tarde do último dia do XXI Congresso do MP, houve o painel "A corrupção e o Brasil contemporâneo". que contou com palestra do Professor Roberto Romano (UNICAMP), sob a coordenação de Roberto Livianu do MPD.



Ministro Luz Fux abordou o tema tutela de Evidência no novo Código de Processo Civil"



A plateia esteve atenta a explanação de Fux



Bastidores do XXI Congresso Nacional do Ministério Público



A Coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Tutela Coletiva de Defesa do Consumidor e Contribuinte do MPRJ, Christiane Cavassa, e o Subcoordenador, Sidney Rosa, palestraram sobre o Portal Consumidor Vencedor, serviço online que concentra decisões judiciais obtidas a partir de ações do Ministério Público em diversos estados.



Christiane Cavassa

Ao término do XXI Congresso Nacional do Ministério Público, Norma Cavalcanti e Luciano Mattos, respectivamente Presidente-Geral e Presidente-Executivo do Congresso, compuseram a mesa da Plenária, que também incluiu os Promotores de Justiça do MPRJ Gláucia Santana e Rogério Pacheco, integrantes da Comissão Executiva. A Plenária – instância máxima do Congresso, composta pelos Presidentes e Delegados das Associações afiliadas à CONAMP – debateu e votou teses, conclusões, enunciados e sugestões aprovadas pelas Comissões Temáticas, bem como os destaques, recursos, emendas e moções oriundas dos trabalhos do XXI Congresso Nacional.



Carlos Bernardo, na Plenária de encerramento



A plateia foi muito participativa durante a Plenária de encerramento



Paulo Leal, na Plenária de encerramento



Plenária de encerramento



Ramon Leite de Carvalho, na Plenária de encerramento

Festa de encerramento Copacabana Palace

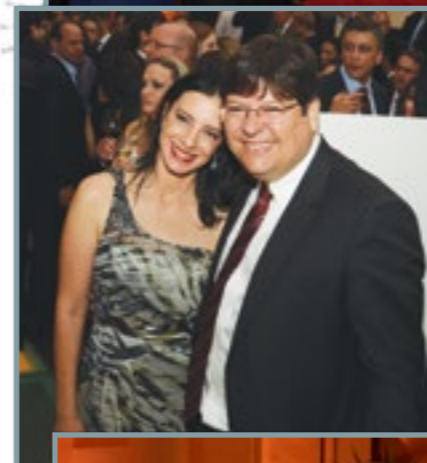
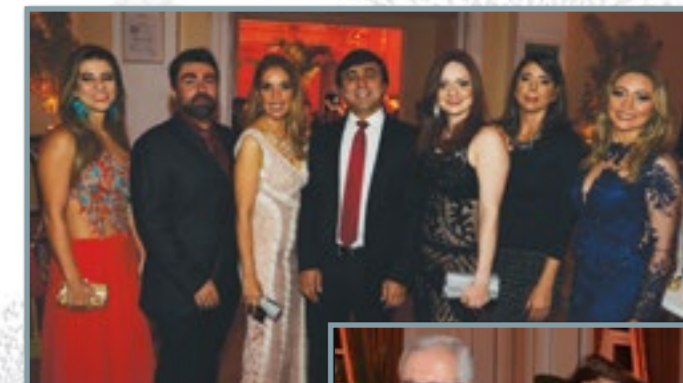
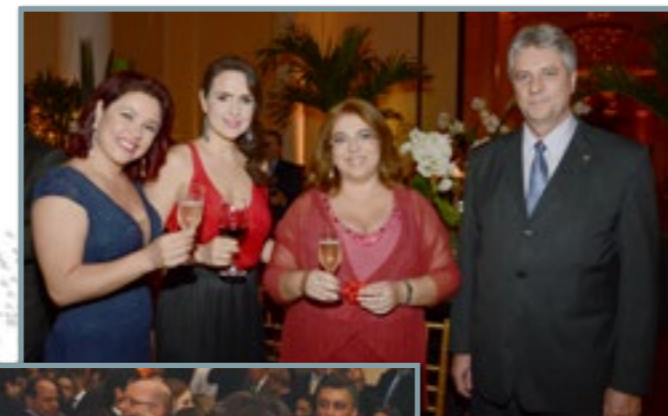


No dia 9 de outubro, os salões do tradicional Hotel Copacabana Palace foram cenário para uma noite de comemoração em grande estilo, quando a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP), a Associação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (AMPERJ) e a International Association of

Prosecutors (IAP) reuniram diversos Membros do Ministério Público do Brasil e de vários países para a festa de encerramento do XXI Congresso Nacional do Ministério Público e da 5ª Conferência Regional da International Association of Prosecutors para a América Latina. A festa, além de celebrar o sucesso do congresso e da conferência, promoveu uma agradável confraterniza-

ção entre os participantes.

A Diretoria da AMPERJ agradece a participação de todos os associados que contribuíram para o sucesso do XXI Congresso Nacional do Ministério Público, com a certeza de que o evento engrandeceu a atuação da AMPERJ e colaborou intensamente na construção de uma Instituição ainda mais sólida e integrada.



XXI CONGRESSO NACIONAL DO MINISTERIO PÚBLICO

No período de 5 a 9 de outubro de 2015, na Cidade do Rio de Janeiro, a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP, com a responsabilidade executiva da Associação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, realizou o XXI Congresso Nacional do Ministério Público. Paralelamente, no mesmo local, foi realizada a V Conferência Latino-americana da *International Association of Prosecutors*.

Cerca de 2000 membros do Ministério Público, tanto brasileiro como de diversos outros países, debateram, em dezenas de painéis, dos quais participaram os juristas mais representativos do pensamento jurídico contemporâneo, inúmeros temas de indiscutível relevância para a Instituição, a sociedade e a pessoa humana.

A importância do Ministério Público no âmbito das estruturas estatais de poder é uma realidade mais que sedimentada. O seu papel no controle da juridicidade e na consequente proteção dos interesses sociais a cada dia é percebido com mais intensidade nos distintos quadrantes do Brasil e do mundo. Em sua atuação, não é incomum opor-se aos detentores do poder político ou econômico, os quais, não por acaso, tem sido alvos frequentes de nossa sociedade. O resultado inevitável são as tentativas de retaliação.

Propostas legislativas que buscam reduzir atribuições e garantias; contingenciamento financeiro e orçamentário com o declarado propósito de inviabilizar o exercício da atividade fim; disseminação de informações distorcidas nos meios de comunicação social com o objetivo de enfraquecer a imagem da Instituição junto à coletividade; ameaças veladas ou diretas contra a Instituição e seus membros; ou, no extre-

mo, a violência direta e frontal, com atentados à própria vida daqueles que se dedicam diuturnamente ao ofício ministerial, são apenas alguns exemplos dos obstáculos que foram e continuarão a ser ultrapassados.

Em sua luta diária, o Ministério Público brasileiro tem contado com o frequente apoio da sociedade, que, pouco a pouco, tem reconhecido a importância da Instituição na contenção dos abusos praticados pelos detentores do poder e na construção de um país melhor. Não fosse esse apoio, há pouco mais de dois anos a Instituição teria sido simplesmente alijada do poder de investigar crimes, propósito tal absurdo quanto inusitado, mas que foi almejado pelos idealizadores da malfadada PEC 37/2013.

Com o crescimento da criminalidade organizada, que há muito se infiltrou nas estruturas estatais de poder, é imperativo que o Ministério Público atue de maneira coesa e organizada, o que exige a perfeita compreensão da envergadura do adversário a ser enfrentado e do necessário aprimoramento dos mecanismos à disposição da Instituição.

O XXI Congresso Nacional do Ministério Público conferiu grande realce às inovações tecnológicas passíveis de serem utilizadas pela Instituição e à necessária integração entre os distintos ramos do Ministério Público, de modo que o efeito sinérgico de sua atuação possa resultar na obtenção de resultados mais expressivos, dotados de efetivo potencial transformador da realidade.

Durante o Congresso, foram organizados diversos grupos de trabalho setoriais, cujo fim precípua foi o de formular uma visão crítica a respeito dos distintos aspectos orgânicos e funcionais afetos ao Ministério Público. A identificação dos acertos permite a sua reprodução em todos os ramos da Instituição; os erros,

por sua vez, que acompanham a imperfeição característica de qualquer realização humana, ao serem identificados, possibilitam a correção de rumos e o constante aprimoramento de uma Instituição que jamais pode se afastar de sua *ratio essendi*: a proteção da sociedade.

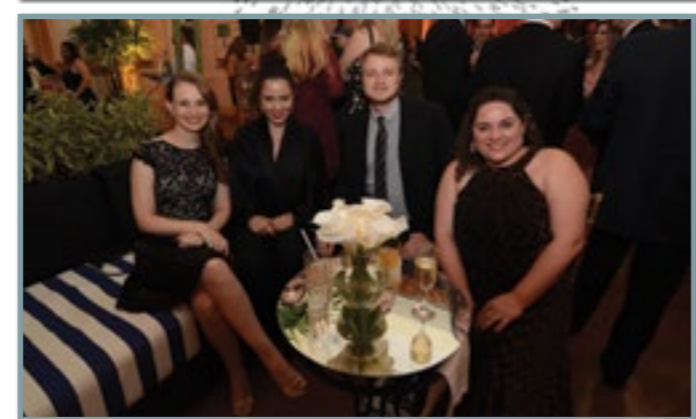
O Congresso ainda foi campo propício para a construção e reconstrução do conhecimento institucional. Em dezenas de painéis, renomados palestrantes nacionais e estrangeiros abordaram uma plethora de temáticas de indiscutível relevância para o mundo contemporâneo. Além disso, a qualidade e a variedade das teses apresentadas pelos congressistas merecem uma referência à parte. Afinal, a cada biênio, essas teses contribuem para a efetiva evolução do modo como deve ser compreendida e vivenciada a ciência jurídica brasileira.

Temos a convicção de que o XXI Congresso Nacional do Ministério Público proporcionou um momento áureo no processo de aprimoramento institucional, cujas conclusões e debates servirão, ao certo, para o enriquecimento da atuação do Ministério Público no cumprimento de seu elevado *mister* de proteger e defender a sociedade.

Luciano Oliveira Mattos de Souza
Presidente da AMPERJ

Norma Angélica Reis Cavalcanti
Presidente da CONAMP

* Confira na versão digital (através do código QR abaixo) a ementa das teses aprovadas no XXI Congresso Nacional do Ministério Público.



A EDA TEM O MECANISMO CERTO PARA A SUA APROVAÇÃO



**TURMAS
PRESENCIAIS
2016/2017**

**MATRÍCULAS
ABERTAS**

TURMA REGULAR MANHÃ
Carga horária: 720 horas
Horário: 8h30 às 11h45

TURMA REGULAR NOITE
Carga horária: 500 horas
Horário: 18h30 às 20h30

TURMA REGULAR SÁBADO
Carga horária: 392 horas
Horário: 8h às 17h

Av. Graça Aranha, 57, 2º andar, Centro (RJ), CEP: 20030-002 Tel.: 2240-0593 / 2220-6118
www.escoladedireito.com.br

ESCOLAS
ONLINE do MP

UMA UNIÃO ENTRE
AMPERJ & FEMPERJ

PREPARE-SE PARA A CARREIRA DO MPRJ

Estude com as instituições que mais aprovam
nos concursos do Ministério Público.

CONHEÇA OS CURSOS DISPONÍVEIS PARA MATRÍCULA:

TURMA REGULAR ONLINE 2016
PROMOTOR DE JUSTIÇA

Carga horária: 600 HORAS
Início: Imediato

TURMA ANALISTA DO MP ONLINE 2015
ANALISTA PROCESSUAL E ADMINISTRATIVO

Carga horária: 238 HORAS
Início: Imediato

TURMA TÉCNICO DO MP ONLINE 2015
TÉCNICO NOTIFICAÇÕES /
ATOS INTIMATÓRIOS E ADMINISTRATIVO

Carga horária: 230 HORAS
Início: Imediato

DESCONTO DE 30% PARA A TURMA REGULAR ONLINE 2016